



SEÇÃO: DOSSIÊ

A política como negócio de família: arranjos familiares e nepotismo no cenário político do Paraná

Politics as a family business: family arrangements and nepotism in the Paraná political scenario

La política como empresa familiar: arreglos familiares y nepotismo en el escenario político paranaense

Cátia Cilene Farago¹

orcid.org/0000-0002-5775-9611
catiafarago@gmail.com

Recebido em: 17 dez. 2021.

Aprovado em: 21 mar. 2022.

Publicado em: 14 set. 2022.

Resumo: A partir das contribuições do Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira (2004, 2007, 2012, 2015a, 2015b, 2016, 2017) buscar-se-á analisar por meio de um foco sociológico-biográfico (Bourdieu 1989, 1996, 2018), bem como, com o uso da metodologia de histórias de vida de Bertaux (1979), a trajetória de José Richa (PR) com o objetivo de alcançar o seu descendente direto na política paranaense – Beto Richa. Trata-se de buscar compreender em que medida as estratégias políticas do descendente de José Richa encontraram vinculação ou afastamento do capital simbólico construídos a partir da década de 1980 e por outro lado, em que medida se constituem uma “renovação” enquanto estratégias adaptativas desse herdeiro frente aos contextos políticos desfavoráveis e às regras do jogo institucional. Dessa forma, ao traçar um panorama geral sobre o nepotismo e a sua perpetuação nas diversas esferas de poder, podemos perceber como as relações de parentesco são essenciais no atual modelo político e podem elucidar muitas das relações que a caracterizam.

Palavras-chave: Arranjos familiares. Nepotismo. Política Paranaense.

Abstract: Based on the contributions of Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira (2004, 2007, 2012, 2015a, 2015b, 2016, 2017) will seek to analyze from a sociological-biographical focus (Bourdieu 1989, 1996, 2018), as well as the methodology of life stories by Bertaux (1979) the trajectory of José Richa (PR) with the objective of reaching his direct descendant in Paraná politics – Beto Richa. It is about trying to understand to what extent the political strategies of José Richa's descendant found a link or departure from the symbolic capital built from the 1980s onwards and, on the other hand, to what extent a “renewal” is constituted as an adaptive strategy of this heir facing the unfavorable political contexts and the rules of the institutional game. Thus, when tracing an overview of nepotism and its perpetuation in different spheres of power, we can see how kinship relations hips are essential in the current political model and can elucidate many of the relations hips that characterize it.

Keywords: Family arrangement. Nepotism. Politics Paranaense.

Resumen: Basado en las contribuciones del Prof. El Dr. Ricardo Costa de Oliveira (2004, 2007, 2012, 2015a, 2015b, 2016, 2017) buscará analizar desde un enfoque sociológico-biográfico (Bourdieu 1989, 1996, 2018), así como la metodología de historias de vida de Bertaux (1979) la trayectoria de José Richa (PR) y con el objetivo de llegar a su descendiente directo en la política paranaense - Beto Richa. Se trata de intentar comprender hasta qué punto las estrategias políticas del descendente de José Richa encontraron un vínculo o desviación del capital simbólico construido a partir de los años 80 y, por otro lado, hasta qué punto una “renovación” se constituye como estrategia adaptativa. de este heredero ante los contextos políticos desfavorables y las reglas del juego institucional. Así, al trazar una panorámica del nepotismo y su perpetuación en diferentes esferas de poder, podemos ver cómo las relaciones de parentesco son esenciales en el modelo político actual y pueden dilucidar muchas de las relaciones que lo caracterizan.



¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), Santa Inês, BA, Brasil.

Palabras clave: Arreglos familiares. Nepotismo. Política Paranaense.

Introdução

Em estudo anterior analisamos a relação da atuação do contemporâneo político Jaime Lerner com os movimentos sociais (Farago 2006). Buscou-se demonstrar a relação entre o ideário neoliberal presente no Brasil com o Fórum Popular em defesa da Copel. Através do estudo do Legislativo demonstramos as alianças e as ligações dos parlamentares para a aprovação da privatização da Copel e, em contrapartida, a organização e a atuação do Fórum contrário à privatização. Entre os envolvidos, de ambos os lados encontramos alguns personagens do cenário político, empresarial, dos movimentos sociais, que desde as décadas de 1980 circulavam entre as forças políticas paranaenses, como por exemplo, Nelton Friedrich, Claus Germer, entre outros.

Nas eleições do Paraná em 2014,² Beto Richa foi reeleito com 55,67% dos votos válidos, o que suscitou a reflexão e a busca por compreender se a atuação de Beto Richa, virtualmente ligada ao seu êxito político, importou em uma apropriação do espólio eleitoral de seu pai, em uma continuidade das estratégias e alianças e em uma mobilização do seu repertório simbólico ou se, em lugar disso, ele protagonizou uma atuação política distinta. Observando que muito pouco foi pesquisado e publicado em torno do contexto político de atuação de José Richa, nos propomos a descrever e analisar alguns *scripts* do período de atuação de dele e de seu filho, Beto Richa, pelo viés da Sociologia, com suporte em Oliveira (2004, 2007, 2012, 2015a, 2015b, 2016, 2017).

Importante destacar que José Richa foi o primeiro governador eleito pela população no Paraná, em meio, ainda, a um clima desconcertante, de herança dos atos arbitrários da ditadura militar. Neste quadro político, com a ditadura, os poderes locais perdem boa parte de sua autonomia, sendo suas ações subordinadas às prioridades

da União. Coopera para essa mudança, dentre outros fatores,

a centralização financeiro-administrativa nacional e a ascensão de um grupo de tecnoburocratas – como Antônio Delfin Netto, Roberto Campos, Mario Henrique Simonsen, Golbery do Couto e Silva e outros. Estes autorizados pelo sucesso aparente do ‘milagre econômico’, desenharam a partir de 1970, um modelo de gerenciamento da coisa pública dito empresarial. (Magalhães 2001, 80)

É nesse contexto que se encontram as experiências mais acabadas de planejamento, representadas pelo I e II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (I E II PND). Para Magalhães (2001), às políticas regionais impunha-se o ajuste àqueles planos, de modo que as práticas de governo apontassem em um único sentido. Para isso, contribuíram os mecanismos eleitorais estabelecidos, capazes de assegurar a liderança ao bloco governista: eleição indireta, cassações, clientelismo, censura e propaganda oficial. Assim, como governar, administrar um Estado debaixo da ditadura? Que repercussão houve nas esferas estadual e federal? Quais as contribuições deste período, deste governo para que as “liberdades” em todas as esferas pudessem ser consolidadas? Qual a contribuição do Paraná neste processo? Como o próprio José Richa afirma, “O meu primeiro e mais importante compromisso de campanha foi democratizar o poder. Democratizar no plano Estadual quando ainda não se tem democracia no plano nacional...” (Sebastiani e Faria 1997). Dessa forma, faz-se necessário que busquemos na origem de José Richa algumas informações como: bagagem social, econômica, cultural e política, e que acessório foi primordial no jogo político para adentrar à elite de poder paranaense.

Magalhães (2001) afirma que no Brasil o bipartidarismo não foi imposto em 1964, mas que esse foi consequência, entre outros fatores, dos resultados das eleições de 1965 para governador. Para ele, a vitória do PSD em dois Estados importantes – Minas Gerais e Rio de Janeiro – é compreendida como perigosa à estabilidade

² Uol. 2014. “Eleições 2014, Apuração 1º. Turno”. Acessado em 12 jul. 2019, <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2014/1turno/pr>.

pretendida pelos militares. Então, dois organismos são criados para representar o Legislativo: um partido oficialmente de situação, outro, oficialmente de oposição: respectivamente a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Se questiona, então, de que maneira José Richa alinha seu posicionamento político em favor da ARENA e do MDB; como se aglutinam no plano estadual as bancadas parlamentares? Com o fim do milagre, essa situação se inverte. Nas eleições de 1974, o MDB vence nas votações para o Senado e a Câmara Federal, perdendo para a ARENA apenas na eleição para a Assembleia Legislativa, como em quase todos os Estados. Já em 1979, é decretado um novo conjunto de reformas que, dentre outras, extingue a ARENA e o MDB, e estabelece as eleições diretas para governador, permitindo, ainda, o pluripartidarismo, extinguindo o bipartidarismo, em uma clara intenção de dividir a oposição. Contudo, o comportamento eleitoral reproduz, em quase todos os Estados, a disputa bipartidária, agora ordenada em torno do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido Democrático Social (PDS).

No Paraná, esse comportamento se evidencia com a vitória de Richa nas eleições de 1982. Com ele, inicia-se o processo de abertura política, o qual se consolida somente em 1989, com a eleição de Fernando Collor. Este período interessa à nossa pesquisa, posto que nele se desenvolveram alianças e articulações políticas que definiram o quadro político paranaense das décadas seguintes, com personagens que circulam ainda hoje. Em relação à "abertura", cabe à nossa pesquisa investigar a contribuição e a participação do então governador José Richa. Assim, é, sobretudo, a partir de uma análise com comprometimento histórico, sociológico, político, bem como, apoiados na metodologia de histórias de vida de Bertaux (1979), que buscaremos compreender o período vivido por José Richa e seu descendente, demarcando as suas trajetórias, verificando suas movimentações no espaço social, lançando mão das categorias de campo, *habitus* e capitais, de Pierre Bourdieu, em meio

às forças políticas existentes.

A pesquisa em andamento se debruçará sobre pelo menos três *scripts*: (a) anterior à redemocratização; (b) da abertura; e, (c) atual, que inclui seu herdeiro: Beto Richa. As análises documental e oral, bem como as pesquisas já desenvolvidas que engendram estes atores como Silva (2015), que analisa as relações de poder político e parentesco formadas em Londrina, no intuito de verificar se estas relações ocorrem também em cidades mais novas, não pertencentes ao chamado "Paraná tradicional" são fundamentais. A autora demonstrou que o tempo, não é um fator determinante para a formação das teias de nepotismo, mas sim, a existência de capitais político e econômico e relações que garantam capital social para entrar, manter-se e reproduzir-se com os seus familiares na política brasileira, a exemplo da família Richa.

A partir destes *scripts* acreditamos ser possível confirmar a tese de que o núcleo duro da política atual foi forjado nos anos de 1980 com a entrada do outsider José Richa no Paraná, bem como encontra hoje uma renovação a partir de seu herdeiro Beto Richa, tendo como consequência a manutenção do poder familiar na política. A pesquisa em andamento não se propõe a esgotar o universo temático da política, por isso o recorte em *scripts* envolvendo os períodos de redemocratização e democracia, mas sobretudo, a família Richa. O propósito maior é o de contribuir com a discussão e a análise sobre o poder e suas formas de reprodução pelo viés da sociologia política. E, para este artigo, em especial, busca-se questionar em que medida as estratégias políticas do descendente tiveram vinculação ou afastamento do capital simbólico construído a partir da década de 1980 pelo genitor; e, ou, se constituem uma "renovação" enquanto estratégia adaptativa desse herdeiro frente aos contextos políticos desfavoráveis às regras do jogo institucional.

Historicamente, identificou-se a presença de oligarquias no comando político de alguns estados brasileiros, sobretudo nordestinos, assim como, determinados sobrenomes na política

nacional. Os estudos concentravam, em sua grande parte, uma atenção voltada para as regiões periféricas ou para o Brasil do passado, uma sociedade rural em um país marcado por relações patriarcais, por instituições atrasadas e especialmente configuradas no poder municipal, não visualizando o respectivo fato em contextos mais complexos, definidos pela estrutura racional e moderna do Estado (Oliveira et al. 2017). Oliveira (2015b), salienta que a teoria do nepotismo afirma a importância da família para a análise dos enredos sociais e políticos brasileiros. Ao refletirmos sobre a família Richa (PR) buscamos, como sugere o autor, investigar as relações familiares a partir das instituições que a perpassam para a compreensão dos roteiros, interesses e trajetórias eleitas no campo político que movimentam as estruturas de poder e de parentesco.

José Richa origem familiar, político-estudantil e relação com Ney Braga

José Richa nasceu em 11 de setembro de 1934, em São Fidelis, RJ, de pais libaneses: Sr. Assad Khalil Richa e da Sra. Hane Miguel Richa, nome que fora traduzido no Brasil para Joana. Viveu dos cinco aos 19 anos em Corujá, pequeno distrito de São Roque do Pinhal, vizinho do município de Joaquim Távora, PR, região conhecida como "Norte Velho do Paraná", que acolheu grande levas de imigrantes europeus da década de 1920. Foi de Amic, uma vila de Del.Âmar no Sul do Líbano que partiu Sr. Assad aos doze anos de idade fugindo da pobreza. Fez longa viagem como clandestino no porão de um navio, desembarcando no Rio de Janeiro e abrigando-se na casa de tios. Hane, sua esposa, também viera do Líbano. Casados, foram morar em São Fidelis, RJ. Tiveram um pequeno negócio de aluguel de bicicletas para turistas que não foi bem-sucedido. Daí o destino Paraná, onde sua esposa possuía parentes.

Nos municípios de Wenceslau Braz e Siqueira Campos, não encontrou ocupação. Mas foi em Corujá, localizada entre Carlópolis e Joaquim Távora no Paraná, que o Sr. Assad creditou ser um

bom lugar para montar um pequeno comércio, a Casa Richa. Sra. Hane teve um papel fundamental no processo educacional de José Richa. Seu irmão Jamil também foi matriculado, mas só José demonstrou gosto pelos estudos. Jamil faltava as aulas, não fazia as tarefas. A professora chamou a mãe, Dona Hane, na escola. Dona Hane decretou: Jamil iria trabalhar com ela para ajudar o irmão a se formar (Arruda e Teixeira 2010, 17).

José Richa começou a fazer política na União Paranaense dos Estudantes (UPE). Foi secretário e presidente ainda na década de 1950, quando ocorreu a eleição de Ney Braga à prefeitura de Curitiba. Em dois Congressos nacionais, José Richa foi o chefe da representação paranaense. Como estudante, foi presidente do Diretório Nacional da Juventude Democrata Cristã. Também, vice-presidente de seu comitê mundial em Roma.

Segundo a revista *Paraná em Páginas*,³ foi no movimento estudantil que José Richa conheceu Ney Braga, então líder do PDC. Com o apoio de uma legião de jovens, dentre os quais se encontrava José Richa, Ney Braga chegou à chefia do Executivo do Paraná, no seu primeiro mandato no Executivo estadual, em 1961. Em 1963, Ney Braga é homenageado pela UPE com o título "Amigo número um dos Estudantes", conforme identificamos no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – o que só reforça a predominância das forças políticas de direita na UPE, a qual José Richa se filiar. Arruda e Teixeira (2010) descrevem a relação de Danilo Cortes, estudante de direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR), que escrevia a coluna "Panorama da Educação" no *Diário do Paraná*, com José Richa. Este, estudante de odontologia, que na época conjuntamente com os estudantes de Farmácia e Bioquímica (Faculdade de Medicina) liderava o movimento para transformar Odontologia em Faculdade. Os autores atribuem a Danilo Cortes seu ingresso na política estudantil. Danilo Cortes e José Richa tinham preocupações com a infiltração esquerdista que dominava a União Paranaense dos es-

³ *Paraná em Páginas*. 1983. Mar. 1983, 8.

tudantes (UPE). Para os autores, que produziram uma espécie de biografia de José Richa, Milton Cavalcanti – acadêmico de engenharia na UFPR –, passou mais de 10 anos:

Perseguido pelas pendências, pela polícia e fazendo agitação política. Era do "Partidão", o Partido Comunista Brasileiro. Nunca levantou ou fiscalizou uma obra. Em compensação, se infiltrou, por três mandatos, como Diretor Cultural da UPE, manipulando as eleições da entidade, e virou jornalista. (Arruda e Teixeira 2010, 31)

Kunhavalik (2004) apresenta a trajetória política e as bases de sustentação do poder de Ney Braga objetivando compreender a sua longa permanência na política paranaense e nacional, se tornando, inclusive, a partir de 1961, uma das principais lideranças das elites políticas paranaenses. Para este autor, é a partir de 1960 que Ney Braga estrutura o grupo conhecido por "neyismo". Já o jornalista Luiz Geraldo Mazza, ao se referir à relação de Ney Braga com os estudantes neste período, afirma que, apesar da época tensa, que precederia a tragédia de Getúlio Vargas, de intensa participação ideológica e movimento de rua, com a UPE e a UNE engajadíssimas, Ney, o chefe de polícia, foi homenageado por toda a comunidade universitária. Richa à frente, que ele levaria primeiro como funcionário fantasma na prefeitura e, depois, como seu chefe de gabinete no Palácio Iguazu, para em seguida lançá-lo como postulante à deputação federal.⁴

José Richa foi membro do Neyismo, colaborando na campanha de Ney Braga à prefeitura em 1954, mas se afastará de Ney Braga após o golpe de 1964. E, enquanto integrante da UPE, serviu de canal de ligação entre os estudantes e Ney Braga. Ney Braga ingressa no PDC em 1957, com claro intuito de se emancipar politicamente de seu padrinho Bento Munhoz e galgar a sua ascensão à Câmara Federal (1958) e, posteriormente, ao Governo (1960). O PDC é o partido que inicialmente recebe José Richa. Carneiro Jr. (2014, 178-179) trata, em especial, da Liga Eleitoral Católica e da participação da Igreja

nas eleições de 1954 para o executivo municipal de Curitiba. Segundo o historiador, Ney Braga é eleito a partir da combinação de alguns fatores como: apoio material e político do governo do estado e da prefeitura da capital; relação familiar entre Bento Munhoz da Rocha Netto e Ney; proximidade de suas famílias à Igreja Católica; uma eficiente estratégia de apoio nas bases de diversos partidos políticos; a força de mobilização da Liga Eleitoral Católica e da Igreja em Curitiba, este último que transformou em opinião eleitoral o apoio explícito à Ney Braga. Demonstrando a importância da vinculação da religião à política na vitória de Ney Braga.

No pleito de 1962, José Richa elegeu-se deputado federal (1963-1967) pelo Paraná na legenda do Movimento Democrático Renovador, coligação formada pela União Democrática Nacional (UDN), pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e pelo PDC. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados em fevereiro de 1963, tornou-se vice-líder do PDC em abril de 1964. Participou de seminários de deputados democrata-cristãos realizados na Alemanha Ocidental e na Itália e, como delegado do Brasil, da Convenção Mundial da Democracia Cristã, realizada na França.

José Richa foi reeleito em 1966, agora pelo MDB, e exerceu o mandato de 1967 a 1971. Candidatou-se a uma cadeira no Senado pelo Paraná no pleito de novembro de 1970, pela mesma legenda, sendo derrotado por João de Matos Leão e Francisco Acióli Filho, candidatos da situacionista Aliança Renovadora Nacional (Arena). Durante seu segundo mandato de deputado foi presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados e relator da comissão mista formada por deputados e senadores que estudou a economia cafeeira. Deixou a Câmara em janeiro de 1971, ao final da legislatura, elegendando-se em novembro do ano seguinte prefeito de Londrina (PR), sua principal base eleitoral, mandato que exerceu de 1973 a 1977.

No pleito de 1978 o MDB lançou dois candidatos ao Senado: José Richa, ex-colaborador de

⁴ *Correio de Notícias*. 1987. "Caderno Bomdomingo." 27 set. 1987.

Ney Braga, e Enéas Faria, pela sublegenda, sendo que José Richa obteve 895.013 votos. Somados, os votos do MDB alcançaram mais de 43%, enquanto o candidato da ARENA chegou a 41% dos votos (1.083.573). No entanto, para as eleições da Assembleia Legislativa e Câmara Federal, a ARENA derrotou o MDB paranaense. No primeiro caso, 47,7% dos votos para a ARENA, e 34,7% para o MDB. No segundo caso, a ARENA teve 46,1% dos votos, enquanto o MDB teve 35,1%.⁵

José Richa, após o golpe de 1964, vincula-se ao MDB sendo um de seus fundadores e, posteriormente, com a reformulação de 1979, ao PMDB. Ney Braga tem suas relações políticas com Affonso Camargo e Paulo Pimentel abaladas, já que o segundo fora preterido na escolha ao governo do Paraná nas eleições de 1982, quando Ney apoia Saul Raiz, (chapa Saul-Ney), enquanto o primeiro, passa a integrar o Partido Popular. A candidatura de Jayme Canet como a de Paulo Pimentel também não se mantém, visto que as lideranças do PP e do PMDB, tanto no âmbito nacional quanto no âmbito regional, articulam a incorporação do PP ao PMDB. Com esta incorporação, realizada em 1982, ano da eleição, Jayme Canet e Affonso Camargo passariam a apoiar o candidato do PMDB, amigo de Affonso Camargo, José Richa.

Desta forma, antigas lideranças da ARENA, como Jayme Canet e Affonso Camargo, estão juntas, em uma verdadeira metamorfose no mesmo partido de José Richa e de Álvaro Dias. E participam das eleições, contra o candidato do PDS, apoiado por Ney Braga e Paulo Pimentel. Depois da frustrada tentativa de viabilizar a sua candidatura, Paulo Pimentel passa a participar ativamente da campanha do PDS no Estado. Participa de comícios com Ney Braga, com Saul Raiz e com o prefeito de Curitiba, Jaime Lerner. Este também participa ativamente da campanha de Ney Braga e de Saul Raiz. Lerner cria a Prefeitura itinerante e passa a atender nos bairros da cidade; inaugura obras de Saul Raiz e faz propaganda na mídia apoiando àquelas candidaturas.

Os candidatos do PMDB eram o senador José Richa para o governo do Estado e Álvaro Dias para o Senado. Oliveira (2007) destaca que, Ney Braga, seria uma das mais importantes lideranças políticas do Paraná da segunda metade do século XX, destacando-se na ocupação de cargos municipais, estaduais e federais. Ney Braga começou na política com o apoio do então cunhado, o governador Bento Munhoz da Rocha Neto, que era filho e genro de governadores do Paraná.

Ney Braga foi chefe de polícia, prefeito de Curitiba, deputado federal, governador do Paraná e Ministro da Agricultura e Educação. Foi formador e organizador de um grande grupo político, pelo qual passa ou no qual boa parte da elite política inicia-se na vida política, administrativa e governamental do Paraná. Como muitos chefes do poder executivo paranaense, ele mesmo, um produto social de velhas famílias tradicionais na política paranaense desde o período colonial, representava a modernização conservadora das elites tradicionais paranaenses.

Nos últimos cinco períodos governamentais, entre 1991 e 2007, o poder executivo paranaense foi chefiado, fora interinidades e vices, por apenas dois governadores titulares, Roberto Requião – governador por três vezes (1991-1994, 2003-2006, 2007-2010) –, filho de Wallace Thadeu de Mello e Silva, e pelo ex-prefeito de Curitiba, Jaime Lerner – governador por duas vezes (1995-2002) – considerado o herdeiro político de Ney Braga. Outro “herdeiro” de Ney Braga foi José Richa (Oliveira 2007). Em dezembro de 1963, Affonso Camargo e Ney Braga foram padrinhos de casamento de José Richa com a professora e funcionária da Inspeção de Ensino no Grupo Escolar Hugo Simas, Arlete Vilela. Dessa união, “*habemus*” herdeiros.

Carlos Alberto Richa e as estruturas das relações sociais que organizam a sua trajetória social e política

O estudo das relações entre as famílias e o Estado é representado pelo fenômeno do ne-

⁵ IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, acessado em 12 jul. 2019, <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Relatorios-de-Pesquisa-1989>.

potismo. Ou seja, para Bellow (1996, 39), citado por Oliveira (2012, 14), "Parentesco mais Estado é igual a nepotismo". Oliveira (2012) caracteriza ainda este fenômeno, ao mesmo tempo, como o sintoma e a causa de instituições fracas e como um dos fatores responsáveis pelo aumento da cúpula do poder.

O nepotismo marcou o grupo político constituído por Ney Braga, abraçado pelo regime militar que "renovou mais pela direita a elite política paranaense do que 30 anos de redemocratização" (Oliveira 2012, 12). Prova bem, o discurso do senador Leite Chaves (1982) citado por Oliveira (2012, 12-13) ele onde narra a existência no Paraná de:

uma Transportadora Geral de Valores, uma "firma", "empresa" constituída por Paulo Braga, irmão do Ney Braga e por Napoleão Braga Cortes primo de Ney Braga que se encarregava de fazer o transporte do dinheiro para repartições públicas estatais como: Sanepar, Copel que tinha como diretor de compras ninguém menos que Caetano Rocha Braga, filho de Ney Braga, Banestado, Coesa – empresa que vendia máquinas para Copel e DER e possuía como diretor: Antônio Lacerda Braga Neto, filho de Ney Braga. Ao todo o rol de familiares de Ney Braga somava mais de 19 pessoas, uma oligarquia familiar, ou uma das formas mais graves de nepotismo.

Ao largo do nepotismo, a metodologia de pesquisa social denominada de antroponomia é baseada em histórias de vida e na reconstrução de estudos de casos sobre a família. Esse conceito significa a formação e/ou definição do ser humano de acordo com a classe social em que nasceu, e que sofre a chamada produção antroponômica por parte da família que pertence e de outras instituições, como a escola, levando a uma distribuição antroponômica, que é a distribuição dos seres humanos nos níveis e lugares definidos pela estrutura de classe (Bertaux 1979; Alves 2017).

Beto Richa é casado com Fernanda Vieira, com quem teve três filhos. Ela é da família Andrade Vieira, do Banco Bamerindus, e consta na lista de descendentes da genealogia Junqueira: "o patriarca [...] João Francisco Junqueira, casou-

-se em 1758, com Elena Maria, neta de uma das irmãs Ilhoas. Após o casamento, localizaram-se no sul de Minas, na freguesia de Carrancas. Ali requereu a Sesmaria do Campo Alegre". (Oliveira 2016, 29). Para Oliveira (2015a, 9), a "genealogia de Fernanda Vieira Richa vem desde famílias latifundiárias, como a família Junqueira e do Barão de Lavras". Também é, "antiga família de fazendeiros e latifundiários em Minas Gerais e em São Paulo desde o período colonial" (Oliveira 2007, 155). Um fato a ser considerado é o de que uma família imigrante, como a Richa, alcançando o poder contrai matrimônios com velhas famílias estabelecidas do *status quo*. Fernanda Vieira Richa foi primeira-dama do município de Curitiba e Secretária de Estado.

Seu cunhado, José Richa Filho, conforme Oliveira (2012, 154) foi secretário de Administração da Prefeitura de Curitiba, antes foi diretor-financeiro do Departamento de Estradas de Rodagem do Governo do Paraná na gestão Jaime Lerner e ocupou cargos na Agência de Fomento, no governo Requião em 2003. Outro cunhado de Fernanda, Adriano Richa assumiu em 2002 como Titular do Serviço de Registro de Imóveis no Cartório em Campina Grande do Sul (Machado 2015, 105), aquisição invejável e não acessível. Mais recentemente, o presidente Bolsonaro nomeou a cunhada de Beto Richa, Morgana de Almeida Richa, casada com José Richa Filho, como ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST).⁶ O que revela a manutenção e a presença dessa família no circuito do poder paranaense, bem como a necessidade de o nepotismo cooptar outros poderes, como o judiciário.

Beto Richa é formado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Em 1992, busca sua primeira eleição à vereança de Curitiba pelo PSDB sem êxito para, em 1994, ser eleito deputado estadual com 22 mil votos. Assumindo o posto em fevereiro de 1995, após tomar posse filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), permanecendo nessa legenda durante todo o mandato. Estreante no mandato de

⁶ Motta. 2021. Bolsonaro nomeia cunhada de Beto Richa ministra do TST. *Bem Paraná*, 13 dez. 2021. Acessado em 13 mar. 2021, https://www.bemparana.com.br/noticia/bolsonaro-nomeia-cunhada-de-beto-richa-ministra-do-tst-474#YgbC1d_MLIU.

deputado estadual conseguiu aprovar segundo o CPDOC,⁷ importantes proposições durante a legislatura que serão melhor analisadas abaixo.

Nas eleições de outubro de 1998 foi reeleito com o dobro de votos, 44.838. Nessa legislatura exerceu a vice-presidência da Comissão de Finanças e foi membro das Comissões de Constituição e Justiça, Obras Públicas, Transporte e Comunicações e de Direitos Humanos e da Cidadania, tendo exercido ainda uma suplência nas Comissões de Turismo e Saúde Pública. O que podemos extrair de sua atuação na Assembleia Legislativa ainda no início de sua carreira política? Podemos inferir que de sua atuação nos dois mandatos como deputado estadual já se delineava as suas convicções políticas ou uma perspectiva de seguir os mesmos passos que seu pai José Richa⁸? Como herdeiro, que aproximações podemos extrair desse período?

As estratégias políticas de Beto Richa: atuação na Assembleia Legislativa (1995-2001)

Mantendo o foco na atuação de Beto Richa no início de sua carreira política na Assembleia Legislativa no período de 1995 a 2001, o trabalho analisará os 60 Projetos de Lei sancionados neste período e agrupados em 13 itens temáticos e, esses por sua vez, agregados em quatro blocos, a saber: (a) Temas ligados ao reconhecimento/declaração de entidades públicas e/ou privadas sem fins lucrativos, à educação e à saúde; (b) Temas relacionados à concessão de título de cidadão/cidadã Benemérito/a Paranaense; à homenagem e doações; (c) Temas relacionados à reestruturação administrativa do Detran e da estrutura da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, e, por fim, à cultura (artesanato); (d) Temas relacionados à corresponsabilidade do Estado do Paraná no caso dos ex-presos que sofreram repressão durante a ditadura militar, à segurança pública; ao Fundo de Prevenção ao

Uso de drogas (FUNPRED), e, por fim, ao regime administrativo de pessoal (PDV).

No primeiro grupo, a maior concentração de leis sancionadas foram as que declararam de utilidade pública: creches (3); educandário (2); educação especial (2); crianças desassistidas/casa lar (2); centro de estudos antropologia gnóstica (1); grupo de teatro amador (1); APMI (3); Fundação Hospital, ambulatório, educacional (1); APAE (2); Centro tradições gaúchas (1); Educação pessoa surda (2); Associação assistencial (1); Consórcio Intermunicipal de saúde (1); Consórcio Intermunicipal dos municípios do Norte Pioneiro (1); Associação Técnicos Agropecuários (1); Asilo (2); Associação Orquídeas (1); SOS Vida Animal (1); Instituto Galha Azul (1); Associação de Moradores (3); ITEDES (UEL) (1); Associação Mães/Pais (1).

A princípio podem parecer insignificantes, mas correspondem às solicitações de mais de 45 municípios, a maioria localizados geograficamente no Norte pioneiro, compreendendo seus redutos eleitorais. Nesse grupo, ainda se destacou o tema saúde com a aprovação das leis n.º 12.888/2000, e n.º 12.699/1999 que sob a justificativa do grande livre comércio de medicamentos, suplementos alimentares e vitaminas sem que esses tivessem o controle de autenticidade e procedência, podendo causar prejuízos à saúde, à vida. Dessa forma esta lei passa a dispor sobre normas de atuação de empresas, distribuidoras de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, farmácias e drogarias no território paranaense.

Outra lei, foi a Lei n.º 13.380/2001, que passou a assegurar a distribuição gratuita de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle de diabetes, aos diabéticos residentes no estado do Paraná. Nesse grupo, merece destaque o tema da educação, que enquanto direito fundamental é pouco efetivado, pois que precarizada a sua prestação enquanto serviço público e de qualidade à sociedade como um todo. Três ações foram identificadas: a criação

⁷ FGV CPDOC. Acessado em 12 jun. 2021, <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionários/verbete-biografico/richa-beto>.

⁸ "Deputados estaduais (1998 a 2001)". 1999. *Folha de Londrina*, 2 fev. 1999. Acessado em 13 mar. 2021, <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/deputados-estaduais-1998-a-2001-121096.html>; Lopes. 2011. *Agência de Notícias do Paraná*. Acessado em 13 mar. 2021, <https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=66832&tit=Beto-recebe-premiococoncedido-pela-Camara-ao-ex-governador-Jose-Richa>.

de duas (2) vagas ao órgão instituído pela Lei n.º 4.978/64 – Conselho Estadual de Educação do Pr (Lei 13.797/02); a criação de um Núcleo Regional de Educação em Jaguariaíva/PR (Lei n.º 12.864/00), lhe atribuindo uma nova estrutura administrativa; e, a criação do campus Avançado da Universidade Estadual Ponta Grossa (UEPG) em Wenceslau Braz, que implantou os cursos de Ciências Contábeis, Pedagogia e Letras (Lei 13.552/02). Nota-se que algumas medidas não incluem vultuosos investimentos financeiros do estado, e muito, se diferenciam das medidas para equilibrar as contas do estado-crise financeira no final do mandato de 2014⁹ e durante o início do segundo mandato em 2015,¹⁰ que resultaram uma série de medidas de austeridade e no "Pacotão de Maldades" que serão analisados em outro momento, em que pese já no segundo mandato de deputado estadual ter apresentado um programa especial de demissão voluntária (PDV), Projeto de Lei n.º 097/99, que deu origem à Lei n.º 13.152/2001.

No segundo grupo encontramos uma série de concessões de títulos de Cidadão/Cidadã a um círculo de "amizades de resultados" como Emília Belinatti, sua futura vice-governadora; Darvil José Caron e Randas Vilela Batista, empresários de Campina Grande do Sul, PR; e Emílio Humberto Carazzai Sobrinho¹¹. Homenageou Mauri Franzoloso denominando o Trecho-Ramal Mauri Franzoloso, família tradicional italiana com vários negócios no Paraná.

E, ainda nesse grupo, uma série de doações às prefeituras de Conselheiro Mairinck, Japurá e Jacarezinho – às duas primeiras cidades, automóveis de propriedade da Copel e, à última, um imóvel de propriedade do Estado onde funcionava o 8º Distrito do D.E.R. A última doação desse

período de 1995-1999 foi destinada à Associação de Moradores da Vila Rosa de Jacarezinho de uma parte de um lote de terreno registrado sob o n.º 9113, fls. 32 do Livro 3-J do Registro de Títulos e Documentos, situado no município de Jacarezinho. Boa estratégia de capitalizar com os próprios recursos do estado seus redutos eleitorais no Norte pioneiro.

Em relação ao III grupo, destacam-se temas relacionados à reestruturação administrativa do Detran agraciando os municípios de Jaguariaíva, Senges, Centenário do Sul, Cafeara e Lupionópolis com circunscrições deste. De abrangência estadual autoriza o executivo criando condições de formulação de mecanismos de apoio e incentivo às atividades de artesanato. E, por fim, uma estrutura da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania de uma Comissão Especial composta por cinco membros para efetuar o levantamento da Memória Política do Estado do Paraná. De todos, a relevância para a história e a memória do Paraná é inquestionável, e para se viabilizar os trabalhos da Comissão foi criada rubrica própria no Orçamento Geral do Estado para custear as despesas da comissão. E, em trabalho futuro, também retornaremos a esta Comissão para constatar sua efetividade.

No entanto, é no grupo IV que relacionamos: (a) à corresponsabilidade do Estado do Paraná no caso dos ex-presos que sofreram repressão durante a ditadura militar – Lei n.º 13.570/2002 que tramitava desde 1995, e dispõe sobre indenização às pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob responsabilidade e guarda dos órgãos públicos do Estado do Paraná e adota outras providências; (b) à segurança

⁹ TV Tarobá. 2014. "Alep vota hoje pacote de medidas do governo do PR que prevê aumento de impostos. Brasil Urgente". Gravado em 9 dez. 2014, em Londrina, PR. YouTube vídeo, 7:41. <https://www.youtube.com/watch?v=5iRqhNYvxY0>.

¹⁰ "TV TAROBÁ no YouTube: Fevereiro 2015." YouTube vídeo, 6:02. Postado no "YouTube", 5 fev. 2015. https://www.youtube.com/watch?v=Agk7Qe7S15c&ab_channel=tarobalondrina; Giovanaz. 2018. Brasil de Fato Paraná. Acessado em 13 mar. 2021. <https://www.brasildefatopr.com.br/2018/04/29/29-de-abril-de-2015-o-dia-que-nao-terminou-para-os-professores-do-parana>.

¹¹ Recebeu também homenagem da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco em 16 de agosto de 2001, onde se ressaltam suas qualidades: presidente da Caixa Econômica Federal desde 1999; ex-diretor de planejamento do BomPreçoPar S/A que controla empresas de comunicação, Agropecuária e Supermercados; Consultor da Booz-Allen & Hamilton em São Paulo; Secretário executivo do Ministério da Fazenda, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e Secretário-Geral-Adjunto do Ministério da Agricultura, entre outros cargos importantes na esfera estadual e no setor privado. Acessado em 24 mar. 2019. <https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=2274497F9A26906C03256AAA00572BE7&tipoprop=>

pública – Lei n.º 12.348/1998, que dispõe que as instituições financeiras, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigadas a instalar sistema de filmagem e monitoramento permanentes dentro dos chamados "Caixas Eletrônicos" e "24 horas"; (c) ao Fundo de Prevenção ao Uso de drogas (FUNPRED), que autorizou o Poder Executivo a instituir o fundo com o objetivo de possibilitar a obtenção e a administração de recursos financeiros visando ações de educação, prevenção, tratamento e reabilitação de dependentes, bem como atuar no controle e combate ao abuso de drogas, especificados na legislação federal e nos termos da política estadual para a área, elaborada pelo Conselho Estadual de Entorpecentes ou seu sucedâneo; e, por fim, (d) implantação de programa especial de demissão voluntária (PDV), Projeto de Lei n.º 097/99, que deu origem à Lei n.º 13.152/2001 e que, na época, excluiu servidores ou funcionários dos quadros do magistério, Coordenação da Receita do Estado (CRE), Polícia Civil e Militar, Procuradores, Advogados, IAPAR, APPA e Instituições do Ensino Superior do Paraná. Neste grupo IV merece destaque as três primeiras legislações aprovadas por Beto Richa face a relevante repercussão nacional impulsionando ações similares em todo país.

O primeiro podemos inferir que possui relação direta com a própria luta do pai – José Richa que viveu sob o regime militar e lutou pelo processo de redemocratização do país pós-1964. Já pouco mencionado foi a Lei n.º 13.152/2001, que autorizava o Poder Executivo a implantar no âmbito da administração direta e indireta um programa especial de demissão voluntária para os funcionários e servidores públicos. O projeto recebeu quatro emendas, três das quais buscavam conferir aos funcionários e servidores públicos: incentivo de dois (2) salários nominais por ano trabalhado no valor de no máximo quarenta (40); a adesão do servidor será beneficiado durante doze (12) meses com plano de saúde, extensível a seus dependentes, bem como um Programa de Capacitação e Reestruturação Profissional; e, por fim,

a exclusão de servidores ocupantes de cargos em comissão e aqueles cujas funções sejam diretamente vinculados à educação, à saúde e à segurança pública. Nenhuma delas foi acatada, o mais interessante aqui é a identificação já nesta lei da sua vocação neoliberal que marcará os seus mandatos enquanto governador, o que será em outro momento mais detalhado.

Considerações parciais

O artigo é parte da tese de doutoramento em curso no programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR e buscou a partir da análise da atuação parlamentar de Beto Richa (1995-2001), nos dois mandatos como deputado estadual, vestígios de suas convicções políticas e de sua perspectiva de adoção do repertório produzido pelo pai José Richa. A partir de uma breve trajetória de Beto Richa foi possível identificar via seus projetos nos primeiros mandatos de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Paraná,¹² estratégias de adaptação no contexto político inicial de sua carreira, sobretudo, a partir de leis com projeção estadual e nacional: (a) Lei Beto Richa (Lei n.º. 11.255/95), que determinou o pagamento de indenização pelo governo do estado do Paraná aos ex-presos políticos que sofreram repressão durante a ditadura militar no Brasil; (b) Lei n.º. 11.562/96, que obrigou as instituições financeiras a instalar câmeras de filmagem e sistema de monitoramento nos caixas eletrônicos do Paraná, além de manter um vigilante durante todo o período de funcionamento, exemplo que foi seguido em todo o país; e, (c) a Lei n.º. 12.348/98, que instituiu o Fundo Estadual de Prevenção ao Uso de Drogas (FUNPRED).

Também adotou a estratégia de atender solicitações de mais de quarenta e cinco municípios do Paraná, compreendendo os mesmos redutos eleitorais do pai, o Norte pioneiro. Entre os 13 itens temáticos, agregados em quatro blocos para a análise, destacaram-se: (a) Temas ligados ao reconhecimento/declaração de entidades públicas e/ou privadas sem fins lucrativos, à

¹² Consulta em Assembleia Legislativa do Paraná: <https://www.camara.leg.br/>.

educação e à saúde; (b) Temas relacionados à concessão de título de cidadão/cidadã benemérito/a paranaense e à homenagem e doações; (c) Temas relacionados à reestruturação administrativa do Detran e da estrutura da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e, por fim, à cultura (artesanato); (d) Temas relacionados à corresponsabilidade do Estado do Paraná no caso dos ex-presos que sofreram repressão durante a ditadura militar, à segurança pública, ao Fundo de Prevenção ao Uso de drogas (FUNPRED) e, por fim, ao regime administrativo de pessoal (PDV).

A maioria das leis aprovadas não incluíram vultuosos investimentos financeiros do Estado, o que não excluíam sua visibilidade no cenário político e absorção dos capitais simbólicos construídos pelo genitor – José Richa. A sua identificação com o neoliberalismo reinante é latente, como já evidencia o Programa de Demissão Voluntária – Lei nº. 13.152/2001, o que o alinha ao plano federal com FHC e no estadual com o executivo Jaime Lerner. Além, da presença de repertórios utilizados por seu pai como a luta pela redemocratização e o combate à repressão durante a ditadura militar. Ademais, o próprio pai, o ex-governador José Richa, fez campanha para Beto Richa em suas candidaturas a deputado estadual. Credencial irrefutável enquanto estratégia de adaptação ao contexto político que adentrava Beto Richa.

As estratégias adotadas lhe asseguraram a indicação para compor a chapa nas eleições ao executivo municipal de Curitiba em outubro de 2000 como vice-prefeito de Cássio Taniguchi (PFL), candidato vinculado ao grupo político de Jaime Lerner na política estadual. Em um contexto político favorável de ascensão das oposições em âmbito nacional e estadual, Taniguchi venceu Angelo Vanhoni, do Partido dos Trabalhadores, com estreita margem de votos no segundo turno das eleições. Essa indicação assegurou ao herdeiro Beto Richa sua acomodação às regras do jogo institucional marcada pela posição neoliberal

abraçada.

Não há como compreender o espectro político paranaense a partir do núcleo político formado em 1980, sem a presença de Ney Braga, que foi chefe de polícia (1952) do cunhado e governador Bento Munhoz da Rocha Neto (Partido Republicano), o equivalente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, foi prefeito de Curitiba (1954-1958), deputado federal (1958), governador do Paraná (1961-65 e 1979) e Ministro da Agricultura (1965-1966) e Educação (1974-1978). Ele mesmo um produto social de velhas famílias tradicionais na política paranaense desde o período colonial, representava a modernização conservadora das elites tradicionais paranaenses refletidas em figuras como Paulo Pimentel, Affonso Camargo, Jayme Canet Jr., Saul Raiz, Jaime Lerner e José Richa. Este último, uma renovação deste grupo político que passou à oposição (MDB) do neyismo para garantir sua eleição. De direita e social-democrata, consideramos importante destacar essa posição política, face ao crescimento de políticos de extrema direita no país. Antes de falecer "José Richa deixou seu filho Beto Richa como um dos nomes fortes da política paranaense" (Oliveira 2007).

Carlos Alberto Richa, Beto Richa (PSDB), pode ser compreendido a partir dos lugares ocupados e definidos pela estrutura de classe (Bertaux 1979; Alves 2017). Foi eleito governador em 03 de outubro de 2010, em primeiro turno, com 52,43% dos votos válidos,¹³ derrotando Osmar Dias, senador pelo Paraná, que já havia sido presidente da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Estado do Paraná, entre 1983 e 1986, durante o governo de seu pai, José Richa. Na ocasião, por integrar a coligação PT/PMDB o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve no estado e subiu no palanque de Osmar Dias.¹⁴

Beto Richa se reelegeu em 2014 derrotando, além do senador/ex-governador Roberto Requião de Mello e Silva (PMDB), a senadora ex-ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann (PT). A disputa entre

¹³ G1 Eleições. 2010. "Beto Richa é eleito governador do Paraná". Atualizado em 4 de outubro de 2010. Acessado em 24 mar. 2019. <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/beto-richa-e-eleito-governador-do-parana.html>.

¹⁴ G1 Eleições. 2010. "Beto Richa é eleito governador do Paraná". Atualizado em 4 de outubro de 2010. Acessado em 24 mar. 2019. <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/beto-richa-e-eleito-governador-do-parana.html>.

os representantes das famílias Requião e Richa, duas entre as 60 famílias políticas que têm se alternado no poder no Paraná, segundo Oliveira (2012), tem início com a suspensão da aposentadoria vitalícia¹⁵ a que todos os ex-governadores tinham direito pela Procuradoria Geral do Estado. Requião contestou a decisão na justiça e, em plena campanha eleitoral, Beto Richa teve que desembolsar R\$453 mil reais para o peemedebista pelo tempo que ficou sem receber a aposentadoria.

"Fogo amigo" entre peemedebistas, peessedebistas e petistas marcam o pleito à reeleição em 2014, até seu declínio político, em 2018, marcado por escândalos de fraudes em licitações de obras públicas. Chegou a ser preso a um mês das eleições. Entre os investigados, além de Beto Richa, constavam familiares e secretários do ex-governador. Pelas investigações que prosseguiram, tanto em decorrência das várias fases da Lava Jato, quanto das denúncias oferecidas pelo Ministério Público Estadual, em 2019, Beto Richa voltou a ser réu por corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa e fraude em licitação, e veio a ser preso mais de uma vez.¹⁶ Sua atuação como governador também é objeto de nossa pesquisa e será mais bem especificada em outro momento.

Ao lado da extensa produção de Ricardo Costa de Oliveira, variáveis como família e política, nepotismo e poder, conceitos de campo, *habitus*, capitais de Bourdieu (1989, 1996, 2018) e Bertaux (1979, 10-11) auxiliarão a "desvendar as estruturas das relações sociais que organizam as trajetórias sociais que, por sua vez, são vividas como destinadas aos seres humanos que as percorrem". Tal fenômeno só pode ser explicado a partir da centralidade na família, como principal canal de transmissão de muitos aspectos fundamentais da cultura, da política e da identidade do ser humano.

Ao refletirmos sobre a família Richa (PR) buscamos, como sugere Oliveira em suas várias obras, investigar os vínculos desta família com as

instituições do estado, do mercado, entre outras, para melhor compreender como se posicionam os roteiros, os interesses e trajetórias no tabuleiro das relações e movimentações entre estruturas de poder e de parentesco, por vezes expressa na presença do nepotismo, marca do grupo político constituído por Ney Braga, da qual a família Richa é herdeira.

Referências

Alves, Alessandro Cavassin. 2017. A produção antropológica para a política: casos no Paraná, Brasil. *Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaense)* 3 (3): 136-155. <https://doi.org/10.5380/nep.v3i3.54327>.

Arruda, Rose; Teixeira, Helio. 2010. *Richa, o político*. Curitiba: Independente.

Bertaux, Daniel. 1979. *Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antropologia política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Bourdieu, Pierre. 2007. "Espaço social e gênese das classes". In *O poder simbólico*, editado por Fernando Tomaz, 133-161. Lisboa: Bertrand Brasil.

Bourdieu, Pierre. 1996. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius.

Bourdieu, Pierre. 2018. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Carneiro Júnior, Renato Augusto. 2014. *Religião e política: a Liga eleitoral católica e a participação da Igreja nas eleições de 1954*. Curitiba: SAMP.

Farago, Cátia Cilene. 2006. "A Batalha da Copel: Governo, Parlamento e Movimento Social em Ação". Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

Kunhavalik, José Pedro. 2004. "Ney Braga: trajetória política e bases do poder". In *A construção do Paraná moderno: Políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*, organizado por Ricardo Costa oliveira, 231-418. Curitiba: SETI.

Machado, Vanderlei Hermes. 2015. "Do berço ao túmulo: família e cartórios no Paraná". Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. <https://doi.org/10.5380/nep.v2i1.45426>.

Magalhães, Marion Brepohl de. 2001. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED.

Oliveira, Ricardo Costa de. 2007. "Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007". *Sociologias* 9, no. 18 (jun./dez): 150-169. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200008>.

¹⁵ Uol Eleições. 2014. "Beto Richa (PSDB) derrota Requião (PMDB) e se reelege governador do PR". Acessado em 24 mar. 2019. <https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/10/05/beto-richa-psdb-derrota-requião-pmdb-e-se-reelege-governador-do-pr.htm>.

¹⁶ Scortecci. 2020. "Beto Richa ainda responde a oito ações criminais". Acessado em 4 mar. 2020. <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/curitiba-regiao/beto-richa-ainda-responde-a-oito-acoes-criminais-veja-em-que-pe-estao-os-processos>.

Oliveira, Ricardo Costa de. 2012. *Na teia do nepotismo – sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil*. Curitiba: Editora Insight.

Oliveira, Ricardo Costa de. 2015. "Famílias políticas, desigualdade e estratificação social no Brasil contemporâneo". Comunicação apresentada no XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre (RS), 20 a 23 de Julho de 2015. http://automacaodeeventos.com.br/sociologia/sis/admin/pro_lista_programa.asp?s_trConsultar=S.

Oliveira, Ricardo Costa de. 2015b. *Estado, classe dominante e parentesco no Paraná*. Blumenau: Nova Letra.

Oliveira, Ricardo Costa de. 2016. "Sem mulheres não há nepotismo. 'Cherchez la femme' e principalmente 'cherchez la famille'. Mulheres, Famílias e Genealogias Emergentes! In *Nepotismo, Parentesco e Mulheres*, organizado por Ricardo Costa de Oliveira, 13-36. Curitiba: RM Editores.

Oliveira, Ricardo Costa de. et al. 2017. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Sociologia* 5, no. 11 (set./dez.): 165-198. <https://doi.org/10.20336/rbs.225>.

Sebastiani, Sylvio; Faria, Enéas. 1997. *Governadores do Paraná: a história por quem construiu a história*. Curitiba: Sistani.

Silva, Carla Andreia Alves da. 2015. "Relações de poder político e parentesco no município de Londrina - Paraná". Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná. <https://doi.org/10.5380/nep.v1i1.43270>.

Cátia Cilene Farago

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, PR, Brasil. Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, PR, Brasil. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), em Santa Inês, BA, Brasil.

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação da autora antes da publicação.